



Processo Licitatório nº 069/2021

Tomada de Preços nº 014/2021

Contrato Administrativo nº 069/2021

**CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE
CONCLUSÃO DO REMANESCENTE DE PONTE
SOBRE O CÓRREGO JATOBÁ, LOCALIZADA NO
MUNICÍPIO DE BARRINHA, QUE ENTRE SI
PACTUAM O MUNICÍPIO DE BARRINHA E A
EMPRESA NECA ENGENHARIA E
CONSTRUÇÕES EIRELI**

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um), nesta cidade de Barrinha, Estado de São Paulo, no Gabinete da Prefeita Municipal, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado o **MUNICÍPIO DE BARRINHA**, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.370.087/0001-27, com sede executiva na Prefeitura Municipal, sita à Praça Antônio Prado, nº 70, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. JOSÉ MARCOS MARTINS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 11.018.341-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 002.717.838-26, residente e domiciliado na cidade de Barrinha/SP, na Rua Rafael Brunini, nº 75, Vila Recreio, doravante designado, **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **NECA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI**, com sede na cidade de RIBEIRAO PRETO/SP, na Rua ANTONIO BUZATTO, nº 115, Bairro ENGENHEIRO CARLOS DE LACERDA CHAVES, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.473.665/0001-31, neste ato legalmente representada pelo Sr. **SILVIO SANTOS MONTEIRO**, nacionalidade BRASILEIRO, estado civil SOLTEIRO, profissão ENGENHEIRO CIVIL, portador da cédula de identidade RG nº 57.161.240-4 e inscrito no CPF/MF sob nº 055.868.186-71 residente e domiciliado na cidade de RIBEIRAO PRETO/SP, na Av Norma Valério Correia, nº 1200, AP. 107, Bairro Jardim



Botânico, doravante designada **CONTRATADA**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações; têm justo e combinado entre si, o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, decorrente da **Tomada de Preços nº 014/2021**, seus anexos e a proposta vencedora do certame de licitação, aos quais se vinculam, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - A "Contratante", em decorrência da homologação e adjudicação que lhe foi feita na licitação aberta pelo Processo Licitatório nº 069/2021, da Tomada de Preços nº 014/2021, conforme Edital nº 069/2021 de 02 de dezembro de 2021 pactua com a "Contratada" a **REALIZAÇÃO DE OBRA DE CONCLUSÃO DO REMANESCENTE DE PONTE SOBRE O CÓRREGO JATOBÁ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BARRINHA.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO - Os serviços, objeto do presente Contrato, serão executados sob o regime de execução indireta e empreitada por menor preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS -

1. Os preços, fixos e irrevogáveis, incluem todas as variações de quantidades, devendo ser consideradas inclusas as etapas, atividades e serviços que, não constando das planilhas de orçamentos, estejam previstos nos projetos e/ou memoriais, ou seja, tecnicamente recomendáveis. A data base é a da apresentação das propostas.

§ 1º - Os preços incluem todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, inclusive o custo dos vigias noturnos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços.



§ 2º - As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor global de R\$ 155.967,98 (cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - A CONTRATANTE procederá ao pagamento em conformidade com a medição realizada, seguindo-se escorreitamente o cronograma físico-financeiro da obra.

4.1.1- A nota fiscal deverá ser emitida com a descrição correta do objeto, e na mesma deverá constar o nº do Processo de Licitação e o nº da Tomada de Preços pertencente, e seguir junto com a medição confirmada pelo engenheiro e pelo fiscal de contratos do município.

4.1.1.1- A licitante vencedora deverá constar na nota fiscal o número da Conta Bancária, para fins de pagamento, através de depósito bancário.

4.1.2- A liberação do pagamento do valor final condiciona-se à apresentação, pela CONTRATADA, do comprovante de inscrição da obra no INSS e CND(s) (se for necessário), ficando a CONTRATANTE autorizada a reter os valores devidos ao INSS.

4.1.3- A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à empresa contratada para a devida correção e/ou substituição, sendo que a fruição do prazo para pagamento iniciará somente após reapresentação da nota fiscal regularmente apresentada.

4.1.3.1- Somente será aceita nota fiscal eletrônica de acordo com o protocolo ICMS 42, 03 de julho de 2009.



4.1.4- Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **CONTRATADA**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – O objeto do presente certame licitatório será custeado pela seguinte dotação orçamentária:

SERVIÇOS MUNICIPAIS – SERVIÇOS MUNICIPAIS
02.07.01.15.452.0019.1.093 - 4.4.90.51 – Obras e Instalações; ficha: 1004.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO – O prazo de execução da obra objeto desta Tomada de Preços será contado a partir da assinatura do futuro contrato a ser celebrado e mediante a ordem de serviço expedida pelo Departamento de Obras e Serviços, devendo a empresa **CONTRATADA** concluir os trabalhos conforme segue:

6.1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRA DE CONCLUSÃO DO REMANESCENTE DE PONTE SOBRE O CÓRREGO JATOBÁ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BARRINHA.

6.1.1.1 - Prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da expedição da Ordem de Serviços para a execução total do objeto.

6.1.1.1.1- Para efeito de execução contratual o prazo a ser considerado será o acima mencionado, sendo inaplicável qualquer outro que venha dispor de forma diferida.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DE PRAZOS - O prazo de início e término da obra poderá ser prorrogado, por aditivo contratual, se comprovadamente ocorrerem às circunstâncias a seguir descritas:

a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranha à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Contrato;

b) Interrupção da execução do Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho exclusivamente por ordem e no interesse da CONTRATANTE;

c) Impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;

d) Omissão ou atraso de providências administrativas por parte da CONTRATANTE, essenciais ao início dos serviços ou seu desenvolvimento normal.

CLÁUSULA OITAVA - DO PESSOAL - O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a CONTRATANTE e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, sendo tudo da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA. No caso de vir a CONTRATANTE a ser denunciada judicialmente, a CONTRATADA a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

CLÁUSULA NONA - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS - A medição dos serviços contratados será realizada em consonância ao cronograma físico-financeiro que compõe o edital e proposta apresentada, refletindo a quantidade dos serviços efetivamente executados. A contratada deverá requerer o recebimento e aprovação da obra executada a qual será atestada pelo engenheiro a ser previamente indicado pela CONTRATANTE e pelo(a) fiscal de contratos nomeado(a).



PARÁGRAFO ÚNICO - Aprovada a medição, a CONTRATADA poderá emitir fatura referente ao serviço medido. A medição e pagamento dos serviços deverá estar em consonância com o cronograma físico financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO -

1. A Contratada deverá solicitar, através de correspondência, em 03 (três) vias, protocoladas na seção de Protocolo do Município, o recebimento da obra, tendo a Administração o prazo de 10 (dez) dias para lavrar o Termo de Recebimento Provisório.

2. O Termo de Recebimento provisório somente será lavrado se toda a obra estiver concluída e aceita pela Administração e, quando em contrário, será lavrado Termo de Não Recebimento, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a Contratada, após, atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento das sobras.

1. Decorridos 10 (dez) dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a Administração lavrará o Termo de Recebimento Definitivo, cuja data será o referencial para a análise do prazo contratual.

2. O Termo de encerramento das obrigações contratuais será emitido após a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débitos do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, referente à obra contratada, SE HOUVER NECESSIDADE.

5. O prazo máximo para a apresentação da CND será de 10 (dez) dias da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, decorrido o qual a Administração emitirá o Termo de Encerramento das Obrigações. Em caso da não apresentação será imposta multa equivalente a até 2% (dois) por cento do valor do contrato, ficando a Contratante autorizada a reter os valores devidos aos Órgãos competentes.



6. Após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo, do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no contrato por parte da contratante e da contratada e após o atendimento ao disposto no subitem 11 "d", lavrar-se-á o Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais no prazo de 10 (dez) dias do atendimento de todas as condições estabelecidas neste item.

7. Os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e de Encerramento das Obrigações Contratuais não eximirão a contratada das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.

8. A contratada fica obrigada pelo período de 05 (cinco) anos, contados a partir do recebimento da obra, a reparar, às suas custas, qualquer defeito quando decorrente de falha técnica, devidamente comprovada na execução das obras, sendo responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados, conforme preceitua o [artigo 618 do Código Civil Brasileiro de 2002](#).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - A CONTRATADA obriga-se a:

a) Adequar o projeto básico às condições específicas da obra, elaborando os projetos complementares necessários;

b) Apresentar projeto e materiais oferecidos dentro das especificações exigidas;

c) Dar início à execução dos serviços imediatamente, após a assinatura do Contrato e expedição da respectiva Ordem de Serviços;

d) Inscrever a obra no INSS (se houver necessidade);



e) Providenciar a ART ou RRT da obra e do correspondente projeto e apresentar a CONTRATANTE antes da mobilização do canteiro de obras;

f) Manter preposto legalmente habilitado pelo CREA ou CAU na direção da obra;

g) Substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o pessoal cuja presença no local dos serviços for julgada inconveniente pela CONTRATANTE;

h) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado;

i) Conduzir os serviços em estrita observância às disposições da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

j) Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e os que apresentarem defeitos de material ou vício de prestação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

k) Responder por qualquer acidente de trabalho durante execução das obras e serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danos, defeitos ou incorreções da obra ou dos bens do Estado e/ou da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à obra; ou em decorrência dela;

l) Acatar todas as normas e procedimentos de segurança e medicina do trabalho do local da obra, inclusive fornecendo e mantendo rigoroso controle sobre o uso obrigatório e adequado de equipamentos de proteção individual exigidos por lei,



especialmente os previstos das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja aquisição, posse e manutenção, são de sua inteira responsabilidade;

m) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

n) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens próprios ou de terceiros;

o) Arcar com todos os custos das demolições, reparações e reconstruções que seja obrigada a fazer em consequência de negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais;

p) Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada na obra, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à execução dos serviços ora contratados, isentando expressamente, neste ato, a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades por estes encargos;

q) Substituir a CONTRATANTE, requerendo inclusive a exclusão desta, em todas as ações trabalhistas, tributárias e/ou indenizatórias nas quais esta última for citada/notificada como única ré ou em litisconsórcio e desde que tenha por objeto o reconhecimento de vínculo entre os seus trabalhadores e a CONTRATANTE, ou discussão de quaisquer direitos de origem trabalhista ou não, relativa ao período em que se verificou a execução da obra ora CONTRATADA, acompanhando-a em todos os seus termos e responsabilizando-se por todos os ônus dela decorrentes, notadamente pelas



condenações, custa, honorários e demais despesas processuais, subsistindo essa obrigação durante a vigência da avença firmada.

r) Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, bem como a sua atividade de prestadora, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por Lei;

s) Fornecer à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil após o vencimento estabelecido em Lei para recolhimento das contribuições devidas ao INSS, cópias dos respectivos comprovantes de pagamentos correspondentes à execução dos serviços, sob pena de retenção dos valores devidos àquele Instituto; o pagamento de cada medição ficará condicionado ao atendimento da exigência encartada.

a) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra ou serviço, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial do Contrato, conforme previsto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

b) Manter no local dos serviços o Livro de Ocorrências e, para uso exclusivo da Administração, um jogo completo de todos os documentos técnicos, devendo a CONTRATADA elaborar, a partir da data de início da mobilização no canteiro de obras, diariamente (impreterivelmente até as 10 h do dia seguinte), relatório Diário de Obra, enquanto perdurar o presente instrumento contratual.

c) Manter no local da execução da obra, cópia da ficha de registro de empregado de cada um dos que estejam a realizar o objeto deste contrato.

d) Responder cível e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou a terceiros em geral.



x) RESSARCIR a CONTRATANTE de todos os danos que o seu pessoal ou seus prepostos venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE obra, bem como qualquer outro prejuízo que venha a ser reclamado e seja de sua responsabilidade.

z) A emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução da obra;

b) Promover a conferência e o processamento das medições dos serviços executados, bem como efetuar os pagamentos devidos; e liberar o local para execução dos serviços na data de assinatura deste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO - A rescisão contratual poderá ser punitiva ou amigável.

§ 1º - A rescisão punitiva ocorrerá por ato unilateral e formal da CONTRATANTE nos casos a seguir enumerados:

a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) Lentidão do cumprimento do Contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra nos prazos estipulados;

c) Atraso injustificado no início da obra;



d) Paralisação não autorizada da obra;

e) Cessão ou transferência deste ajuste, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada;

f) Não atendimento das determinações da CONTRATANTE, ou seu preposto, no acompanhamento e fiscalização da obra, assim como a de seus superiores;

g) Cometimento reiterado de faltas na execução da obra; e decretação de falência ou instauração de insolvência civil, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, em prejuízo da execução do contrato;

§ 2º - A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 3º - Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 4º - A rescisão por não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretará mais as seguintes consequências:

a) Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

b) Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal, empregados na execução do contrato, necessários à sua



continuidade; e retenção de outros créditos da contratada, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES -

14.1 - Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, o não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes penalidades, cuja aplicação de uma não excluirá a de outra, visto serem todas autônomas:

14.2 - Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade a juízo da CONTRATANTE, para as quais tenha a CONTRATADA concorrido diretamente;

14.3 - **Pelo atraso injustificado na entrega do objeto da licitação, sendo inclusive aplicado para cada pedido realizado:**

14.3.1. Até 05 (cinco) dias, multa de 04% (quatro por cento) sobre o valor da obrigação;

14.3.2. De 05 (cinco) a 08 (oito) dias, multa de 06% (seis por cento) sobre o valor da obrigação;

14.3.3. De 08 (oito) a 10 (dez) dias, multa de 08% (oito por cento) sobre o valor da obrigação;

14.3.4. Superior a 10 (dez) dias, cancelamento do Contrato, e aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação além da aplicação das multas e demais penalidades avençadas acima, a CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por qualquer um dos motivos elencados na cláusula décima terceira e seus



parágrafos, bem como aplicar à contratada suspensão temporária ao direito de licitar e de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

14.4 - Pela entrega de objeto em desconformidade:

14.4.1) 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto entregue (sendo aplicável também à cada medição realizada) com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

14.5 – Pela recusa em assinar o contrato:

14.5.1) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, **caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida**, sendo aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.6. Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE, devendo o referido ato ser publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 1º - As penalidades moratórias serão, sempre que possível, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da CONTRATADA.

§ 2º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas sim moratório, conseqüentemente, o seu pagamento não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE ou a TERCEIROS, em decorrência da execução dos serviços.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - Aplica-se a este Contrato e, principalmente, aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1.993, Lei Federal nº 8.883, de 8 de Junho de 1.994 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LICITAÇÃO - Para execução da obra objeto deste contrato foi realizada licitação na modalidade de Tomada de Preços, registrada sob o nº 014/2021, cujos atos encontram-se no Processo Licitatório nº 069/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO FISCAL DE CONTRATOS - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada pela Contratante através do(a) fiscal de contratos, **o(a) Senhor(a) LEONARDO ZIGARO FIORIO, nomeado(a) pela portaria nº 022 DE 22 DE JULHO DE 2021,** que poderá, a qualquer tempo, solicitar informações e esclarecimentos que julgar cabível, bem como determinar que a Contratada sane vícios ou falhas ocorridas.

17.1 - Conforme determinado pelo artigo 67, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, o representante da Administração (fiscal de contratos) anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

17.2 - O não atendimento da exigência supracitada ensejará a apuração de reponsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Sertãozinho/SP, com exclusão de outro qualquer, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato, que não forem resolvidas pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO SUPORTE LEGAL - Este contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Ficam fazendo parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, as demais cláusulas e condições da



Tomada de Preços nº 014/2021, bem como seus anexos e demais declarações, e a proposta da “Contratada” que devidamente rubricados, se encontram acostados ao processo licitatório.

Barrinha/SP, 23 de DEZEMBRO de 2021.

JOSÉ MARCOS MARTINS
Prefeito Municipal
“Contratante”

NECA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI
Silvio Santos Monteiro
“Contratada”

Testemunhas:



ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(Contratos)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRINHA

CONTRATADO: NECA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 069/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRA DE CONCLUSÃO DO REMANESCENTE DE PONTE SOBRE O CÓRREGO JATOBÁ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE BARRINHA.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;



d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: BARRINHA, 23 DE DEZEMBRO DE 2021

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: JOSÉ MARCOS MARTINS

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 002.717.838-26 RG: 11.018.341- SSP / SP

Data de Nascimento: 04/10/1958

Endereço residencial completo: Barrinha/SP, na Rua Rafael Brunini, nº 75, Vila Recreio

E-mail institucional: gabinete@barrinha.sp.gov.br

E-mail pessoal: gabinete@barrinha.sp.gov.br

Telefone(s): (16) 99166-0217

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: JOSÉ MARCOS MARTINS

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 002.717.838-26 RG: 11.018.341- SSP / SP

Data de Nascimento: 04/10/1958



Endereço residencial completo: Barrinha/SP, na Rua Rafael Brunini, nº 75, Vila Recreio

E-mail institucional: gabinete@barrinha.sp.gov.br

E-mail pessoal: gabinete@barrinha.sp.gov.br

Telefone(s): (16) 99166-0217

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: SILVIO SANTOS MONTEIRO

Cargo: SOCIO ADMINISTRADOR

CPF: 055.868.186-71 RG: 57.161.240-4

Data de Nascimento: 31/03/1984

Endereço residencial completo: Av Norma Valério Correia, nº 1200, AP. 107, Bairro Jardim Botânico, RIBEIRAO PRETO/SP.

E-mail institucional: engenharianeca@gmail.com

E-mail pessoal: ssengenhariarp@gmail.com

Telefone(s): (16) 99718-0934

Assinatura: _____

Advogado: (*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.